



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE – PLANO DIRETOR

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: ROSAS DE OURO – RUA CORONEL EUCLIDES MACHADO - LIMÃO

DATA: 07 DE DEZEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Com a presença do Vereador José Américo, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo e das Sras. Tereza Hering, Secretária Adjunta, representando que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, e eu, representando a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 34ª audiência pública, para tratarmos do PL 688/13, referente ao Plano Diretor Estratégico de São Paulo. Anuncio e chamo a fazer parte da mesa a Sra. Jaqueline de Oliveira Melo, Subprefeitura de Perus; Eduardo Peres Palha, Subprefeito da Freguesia do Ó e Edson de Oliveira, Subprefeito de Jaçanã-Tremembé.

A Câmara Municipal, por meio da Comissão de Política Urbana, programou 45 audiências públicas para debater o projeto de lei do Plano Diretor. Estamos fazendo audiências macrorregionais como essa e audiências em subprefeituras. Ontem mesmo fizemos uma audiência pública junto com o Sr. Edson, em Jaçanã. Também estamos fazendo audiências públicas temáticas, que acontecem na Câmara Municipal.

Nessas audiências públicas, até sábado passado, houve 275 contribuições de participantes, que devem garantir alterações ao Plano Diretor. A ideia das audiências públicas, assim como das contribuições que vêm de organizações da sociedade, movimentos, entidades e associações, vai permitir que elaboremos um trabalho, a partir de uma análise técnica, feita pela relatoria. Eu fui indicado para ser o relator desse projeto de lei pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, a comissão de mérito que analisa esse projeto. Dessa maneira, vamos fazer a substituição desse projeto por outro, que eventualmente guarde relações com o projeto de lei original, elaborado pelo Executivo, que incorpore também, na medida do possível, após a análise, as contribuições que venham da sociedade.

Tem a palavra o nobre Vereador José Américo, para falar sobre o envolvimento da Câmara nesse projeto. Aliás, S.Exa. tem contribuído muito para que esse debate possa acontecer com o máximo de estrutura possível. Nunca a Câmara organizou-se tanto para fazer um debate. Isso se deve ao empenho do Vereador José Américo, Presidente da Casa.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, saúdo todos os senhores que vieram na manhã tão bonita desse sábado, na nossa zona Norte-Oeste de São Paulo. Saúdo o Vereador Nabil Bonduki, relator do Plano Diretor; e os Srs. Edison Vianna, Subprefeito do Jaçanã-Tremembé; Edson Peres, Subprefeito da nossa querida Freguesia do Ó-Brasilândia; Eduardo Peres; Jaqueline de Oliveira Melo, Subprefeita de Perus e Tereza Beatriz, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Estamos fazendo um esforço muito grande ao levar o Plano Diretor a ser debatido com cada pessoa, com cada entidade, com cada associação de moradores dessa Cidade. Realizar 36 audiências públicas, como estamos fazendo, é, na verdade, uma proeza. Os Vereadores Nabil Bonduki, nosso relator; Andrea Matarazzo, nosso Presidente e outros membros da Comissão de Política Urbana têm feito um esforço muito grande, garantindo a presença em cada pessoa nessas audiências públicas.

A Câmara Municipal investiu minimamente na realização desse processo de discussão e também no processo de divulgação do debate do Plano Diretor. Estamos fazendo anúncios pela televisão, de que o plano está sendo discutido. Chamamos as conferências. Estamos fazendo anúncios em rádios e grandes jornais, como *Estadão* e *Folha de S. Paulo*. Parte relativamente pequena das pessoas vem das audiências públicas, vem mais do setor organizado, mas a população de São Paulo está sendo avisada que, nesse momento, o Plano Diretor está sendo discutido. Isso é o mais importante. Foram várias lugares. É muito importante o Plano Diretor estar sendo discutido em vários bairros. Isso é cidadania, é levar à discussão, ao debate. Isso já era feito no interior da Câmara. De repente, muito para nós mesmo, agora estamos indo às regiões.

As reuniões têm sido muito boas. A qualidade do debate está sendo extraordinária. Temos tido algumas audiências públicas. Temos contado com a participação dos Srs. Edson, Jaqueline e Eduardo Peres. Nessas audiências públicas, milhares de pessoas têm participado. Na audiência pública específica sobre Habitação, houve quase três mil pessoas. Na audiência

pública regional da zona Sul, houve 1.500 pessoas. Em alguns outros lugares, houve 200, 300 ou 400 pessoas, como aqui. A qualidade do trabalho tem sido muito boa. A qualidade da discussão tem sido excelente. Isso mostra que se investirmos, debatendo com pessoas e levando, o debate terá repercussão, terá volta. Isso é muito importante.

Tão importante quanto se aprovar um plano de qualidade urbanístico de primeiro mundo, é esse Plano Diretor. É importante que ele seja debatido, discutido e negociado com as pessoas e associações de moradores, ambientalistas, urbanistas e pessoas que sofrem, no seu dia a dia, o problema de zoneamento, tendo as suas reservas vegetais e ambientais, como é o caso da zona Norte, sendo violadas pelo próprio Estado.

Temos um caso aqui de crime ambiental cometido pelo Estado de São Paulo, todo o anel trecho Norte. Então, o Plano Diretor serve inclusive para isso, para colocar travas contra esse tipo de desrespeito à legislação e às normas ambientais. Deixo um abraço para os senhores aqui. Peço desculpas para os Srs. Subprefeitos, porque não poderei ficar o final dos trabalhos, pois tenho outro compromisso. A minha Assessoria desavisadamente marcou outro compromisso, provavelmente para testar a minha capacidade de ir rápido de um lugar para outro. Deixo um grande abraço. Aproveitem bem essa discussão. Os senhores estão nas mãos de uma pessoa que mais entende do assunto que eu conheço, o Vereador Nabil Bonduki, tanto sob o ponto de vista teórico, quanto prático. Os senhores estão em muito boas mãos.

Que Deus ilumine a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Em nome da Comissão, agradeço o empenho do Vereador José Américo a essas audiências públicas. Também agradeço, em primeiro lugar, a Sra. Angelina Basílio, Presidente da Rosas de Ouro, que está cedendo esse espaço para essa audiência pública. Agradeço também os Srs. Antônio, professor da Secretaria Municipal de Educação; Brito, do portal zona Leste na Linha; Lúcio José das Neves, Presidente do Conseg Brasilândia; Luís Carlos de Lima, Presidente do Lions Clube do Parque Continental e Francisconi(?), Presidente da Associação Piratininga dos Bairros Afins e

Leandro, Chefe de Gabinete do Vereador Cladinho, 1º Secretário da Câmara. Agradeço principalmente a presença dos senhores que vieram nessa manhã desse dia bonito, para participarem da cidadania.

Vou passar a palavra para a Sra. Tereza Hering, para fazer a apresentação do projeto.

A SRA. TEREZA HERING – Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade, mais uma vez, de estar aqui apresentando essa proposta do Executivo, que agora está sendo reformulada, revista e aprimorada pelos companheiros da Câmara Municipal e principalmente por toda a população da Cidade, por meio desse processo participativo.

Temos aqui a estrutura do Plano Diretor da cidade de São Paulo. Ela se organiza em cinco títulos. São cinco partes. Na primeira, estão dispostos os nossos objetivos, os princípios que devem ser seguidos. Basicamente, são os princípios de justiça, social e participação cidadã. Temos dois títulos que se interrelacionam entre si, o da ordenação territorial e das ações prioritárias. Depois há a gestão democrática e o quinto, das disposições finais.

Dividimos a Cidade. Sabemos que ela começou o seu desenvolvimento no Centro geográfico desse mapa da cidade de São Paulo entre os Rios Tietê e Pinheiros, e foi se espalhando para as periferias. O nosso desenvolvimento da Cidade deu-se de forma do Centro para a borda. Nas bordas da Cidade, há áreas importantíssimas de preservação ambiental, como é o caso, na região Norte, da região da Cantareira e adjacências. O que fizemos? Dividimos a Cidade em duas grandes macrozonas, a macrozona de proteção ambiental, que vai ainda assegurar que as nossas águas e o nosso ar tenham qualidade; e as macroáreas de estruturação e qualificação do nosso ambiente urbano. Dentro dessas duas grandes macrozonas, há diferenças. Então, há as macroáreas. Subdividimos essas macrozonas. Temos essa visão mais próxima dessa macrozona da região Norte, basicamente ocupada pela reserva da Cantareira e de seus parques, a sua área de vegetação importante em volta. Aí há as

macroáreas. Dentro dessas duas macrozonas, há nuances, diferentes tipos de ocupação. Há limites em macroáreas. Na macrozona de proteção ambiental, há quatro nuances. Aí há aquela macroárea que realmente ainda está preservada, a floresta da Cantareira. Essa macroárea chama-se de preservação dos ecossistemas naturais. Aí há uma área que já pode ser ocupada por usos agrícolas ou residenciais, a macroárea de contenção urbana. Esse nome é porque o seu objetivo é assegurar a ocupação urbana, para que essa ocupação não destrua ou não inviabilize o uso desses recursos naturais.

Dentro ainda dessa macrozona, há a macroárea, que é a de recuperação urbana e ambiental. São áreas que já foram ocupadas e precisam ser preservadas. Não temos como simplesmente eliminá-las. Então, o que é necessário? Compartilhar-se aquela ocupação com a preservação dos recursos naturais. Há muito isso na zona Sul, na área de mananciais, mas também há na zona Norte. Dentro ainda dessa macrozona, temos uma área mais sensível, que é a de redução da vulnerabilidade urbana.

Essa zona de redução da vulnerabilidade urbana é muito presente na nossa região, ela é aquela área que foi ocupada pela população que, por não ter alternativa de moradia, foi ocupando o espaço, ou mesmo o poder público foi construindo conjunto habitacional.

Essas áreas ainda carecem de estrutura urbana adequada, porque tem área de risco, falta saneamento, falta equipamento público decente. Então, a Cidade precisa reestruturar essa ocupação para reduzir essa precariedade.

As áreas mais próximas da ocupação antiga, que é a macrozona de reestruturação e requalificação urbana, são as áreas que abrangem o rio Tietê, o rio Pinheiros. Essas áreas têm recurso hídrico, onde as indústrias se instalaram, no começo do século XX, para aproveitar a proximidade da água; também as ferrovias.

E, hoje, essa área tem uma baixa densidade de ocupação e uma oportunidade de ligação com os municípios muito grande, por isso é chamada macroárea de estruturação metropolitana. Essa área tem por objetivo aproximar a habitação e novas atividades

econômicas dessa infraestrutura que já está instalada; melhorar o adensamento habitacional e as novas ofertas de emprego.

Ainda naquela área, tem a macroárea de qualificação urbana, para melhorar, reequilibrar, onde for necessário, as áreas que estão consolidadas, as mais antigas de ocupação urbana.

Essas são as sete macroáreas e, para cada uma dessas sete características, existem instrumentos urbanísticos, que são instrumentos legais. E, como a lei pode ser aplicada para reverter, para melhorar a situação dessas regiões, também existem as ações prioritárias, que são os investimentos.

O que a gente tem para reduzir a vulnerabilidade urbana tanto na macroárea de recuperação ambiental, quanto na de redução da vulnerabilidade? A gente tem um instrumento importantíssimo para melhorar as condições de moradia da população, que são as Zonas Especiais de Interesse Social.

Este mapa demarca as zonas existentes e propostas, com uma aproximação para a zona Norte. Essas zonas mais escuras são as ZEIS do tipo 01, que são as zonas de interesse social para o pessoal que mora nas favelas, os loteamentos irregulares. Nessas zonas, é permitido então urbanizar e regularizar a segurança da posse dessas regiões: urbanizar, ter a legitimação da posse, a demarcação urbanística, a concessão de direito real de uso, enfim, uma série de instrumentos que asseguram àquela população condições dignas de moradia naquele mesmo local.

As ZEIS tipo 02 e as ZEIS tipo 03, que são vazios urbanos, mais ou menos, afastados da área central, para promover a habitação de interesse social.

As ZEIS do tipo 04, que são muito poucas na zona Norte, são zonas naquela macroárea de contenção urbana que servem para construir habitação para quem mora em área de risco.

Nessas ZEIS sempre é destinada uma porcentagem de tudo o que foi ocupado para

a população que ganha de zero a três salários mínimos e de três a seis salários mínimos, e acima de seis a 10 salários mínimos. Então, sempre tem uma porcentagem mínima para quem se enquadra naquela faixa de zero a três salários, para garantir que aquela população que ganha menos tenha condição de ser atendida nessa região.

Também os eixos de estruturação urbana, outra característica do Plano Diretor. Em todas as macroáreas, por todas as regiões da Cidade, o que se pretende sempre é adensar onde tem corredores de transporte de média e alta capacidade. Ou seja, onde tem corredores de ônibus, metrô, trem, a ideia é uma faixa de 150 metros de cada lado aumentando o potencial construtivo com um determinado tamanho de unidade habitacional para que mais gente vá morar perto desses corredores. Então, a gente aumenta o adensamento habitacional, e não só construtivo.

Na zona Norte, tem os corredores existentes. E aqui no mapa, os novos corredores previstos até 2016. A ideia é sempre que o coeficiente de aproveitamento do terreno, quanto a gente pode construir em relação ao tamanho do terreno numa região, por exemplo, quem em geral, pode chegar até duas vezes o terreno; no corredor, a gente dobra isso, e pode se construir quatro vezes o terreno.

Porém, não adianta só construir simplesmente, sem um planejamento de para quem será destinada essa habitação. No Plano encaminhado à Câmara, que está sendo aprimorado pela Comissão de Política Urbana, com o apoio da Secretaria, estão indicadas algumas ZEIS nesses corredores.

Então, uma parte desse adensamento será destinada, garantida, à população que recebe de zero a seis salários mínimos, através da demarcação das ZEIS. Parte dessas zonas e 20% dessas áreas de corredor estão inseridas em ZEIS; outra parte em ZEIS 2 e 3, para a produção de novas unidades habitacionais.

Além do eixo de estruturação do transporte público, tem a área de estruturação local. Próximo ao eixo de estruturação, mas já entrando nos bairros, é incentivado que a ação

do poder público, os recursos públicos, sejam aproveitados para fazer a implantação das redes de infraestrutura, melhoria da condição de habitação de maneira integrada nessas áreas de estruturação local.

Por exemplo, dois córregos chegam ao eixo de estruturação e serão drenados, saneados, os assentamentos serão urbanizados. Do outro lado, a gente tem um exemplo de como integrar a rede de equipamentos. Então, é um conjunto de ações previstas a serem implementadas, para que todo esse desejo se concretize em ação.

E o que o Plano Diretor vai dizer para o poder público sobre as ações prioritárias? Que as ações prioritárias, os investimentos, têm que se dar dessa maneira: Não adianta só desejar, tem que realizar.

No caso dos sistemas ambientais, a gente tem os sistemas de parques e áreas verdes, e a gente poderia rever nesse sistema de poder incluir o Parque da Brasilândia.

Nas ações prioritárias no sistema de água, a ideia é melhorar a água, principalmente na zona Noroeste. E o problema principal de saneamento aqui na zona Norte são os coletores de esgoto. Essas são as ações prioritárias para melhorar a rede de esgoto, que abrange maiormente a zona Nordeste, Jaçanã e Tremembé.

Esses são os resíduos sólidos, que são os ecopontos, as centrais de triagem. Aqui, o sistema viário estrutural, para melhorar a nossa mobilidade. Então, tem uma série de ações previstas na zona Noroeste; também o sistema viário estrutural, transporte público, tem o corredor ao longo da av. Raimundo. E a gente tem os equipamentos urbanos e sociais, com alguns destaques para CEU na Freguesia do Ó.

Por fim, as áreas de risco, que são velhas conhecidas da zona Norte; elas se concentram muito na borda da Cantareira, e a ideia é resolver essas questões prioritariamente nessas áreas demarcadas. Além disso, a gente tem os instrumentos jurídicos, as ações prioritárias.

É preciso monitorar para ver se isso dará certo, ou não. Então, o Plano tem o título

04, que prevê todos os instrumentos de participação, de monitoramento, da aplicação dos recursos: o título da Gestão Democrática. A gente tem o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, o Conselho Participativo Municipal; e os Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras, que fará eleição amanhã.

Os capítulos que definem as maneiras, os instrumentos de participação, de como a gente participa. São as conferências, os conselhos, as câmaras técnicas, uma série de regimentos que, inclusive, podem ser aprimorados para melhorar a participação e o controle social da política urbana: audiências, iniciativa popular, iniciativa de projeto de lei, enfim.

A gente tem o Fundo de Urbanização, o Fundurb, que está descrito no capítulo 04. Esse Fundo é importante porque tudo o que se constrói acima do potencial básico, o construtor, o empreendedor, paga um valor à Prefeitura para que esse recurso seja aplicado na melhoria das condições urbanas da Cidade.

Esse recurso é chamado Outorga Onerosa e vai para o Fundurb. Esse dinheiro está no Plano Diretor prioritariamente e deve ser aplicado nas áreas de vulnerabilidade social, conforme prevê o Artigo 22. E quem controla isso? O Comitê Gestor do Fundurb tem a prerrogativa de controlar o quanto é arrecadado e aonde é implantado esse recurso.

Por fim, a gente tem o capítulo 05, que define todos os instrumentos de “orçamentação” e de planejamento da aplicação dos recursos; e o capítulo 06, que é o sistema de monitoramento e avaliação dessa política.

A apresentação termina por aqui. Agora vamos iniciar os debates.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Sra. Tereza. Temos 14 pessoas inscritas. Passo a palavra aos Subprefeitos para fazer uma saudação, ou se já quiserem fazer alguma manifestação sobre o conteúdo do Plano Diretor também já seriam muito bem-vinda.

Anuncio a presença da Sra. Eneida Soller, do Conselho Brasileiro de Entidades

Culturais; Ednaldo de Araújo Lima, Presidente da Sociedade Amigos do Jardim Guaraú e Gonçalves Centeno; também a nossa querida ex-Vereadora, Sra. Lídia Correa.

Tem a palavra o Sr. Edison de Oliveira Vianna Junior.

O SR. EDISON DE OLIVEIRA VIANNA JUNIOR – Nobre Vereador Nabil, Sra. Tereza, Eduardo, Jaqueline, bom dia a todos. Sou Subprefeito do Jaçanã/ Tremembé; estivemos discutindo ontem em audiência pública no bairro e vou tentar resumir aqui o que precisamos pensar. Acho que, do ponto de vista filosófico, há dois grandes dilemas que precisam ser quebrados: preservação e habitação.

Existe um falso dilema de que a habitação compromete a preservação. Não é isso. O que compromete o meio ambiente é a pobreza, a falta de investimento em educação, o interesse do capital sobre o interesse das pessoas, individualmente. Então temos de ter isso como objetivo para poder pensar um plano diretor efetivo.

Do ponto de vista de preservação das terras da Cantareira temos de ser mais objetivos. Temos de dar aos proprietários das terras preservadas e que queremos conter efetivamente alternativas econômicas para que ele não explore a área. Temos de utilizar o direito de preempção, temos de comprar essas áreas e incorporar os parques. Não é habitação que está ali que vai comprometer o meio ambiente.

Então essa questão é fundamental. E outra: quando a habitação está lá o que destrói o meio ambiente é a falta de investimento em infraestrutura básica, lixo, esgoto, água, então temos de ter essa visão crítica. Quer dizer, querer conter áreas porque têm habitação, têm favela, é um passivo social que a sociedade brasileira construiu ao longo das últimas décadas. O Brasil deixou de ser rural para ser urbano em menos de 50 anos, inverteu a matriz populacional sem nenhum investimento em habitação, infraestrutura urbana de transporte e saneamento básico. Esse é o problema central que precisamos tratar.

O segundo dilema que precisamos pensar e refletir sobre a proposta que estamos construindo é o dilema Centro – Periferia. Temos uma Cidade que é a terceira, quarta ou quinta

aglomeração urbana do planeta, não sei ao certo, e precisamos avaliar de várias formas diferentes, e precisamos valorizar os centros das periferias, gerar empregos naqueles centros, gerar serviços e ofertas de mercadorias, transporte, enfim, para reduzir a demanda por transporte entre os centros das periferias.

Então essa é uma questão importante também. O Arco do Futuro está trazendo para o Centro, concentrando no Centro mais investimentos ainda e deixando a periferia um pouco mais abandonada. São essas duas questões que queria colocar inicialmente como pano de fundo e depois vou entrar nos detalhes de cada um dos elementos. Acho que há bastantes elementos para discutirmos e agregar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado Edson. Passo a palavra a Sra. Jackeline Morena de Oliveira, Subprefeita de Perus.

A SRA. JACKELINE MORENA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas, a Mesa, colega Nabil, Tereza, Eduardo e Edson, também colegas do PT, quero reforçar o que o Edson disse: não é habitação que traz problemas à proteção ambiental. Em Perus temos uma questão forte, 70% da nossa área está em loteamentos irregulares. Não a pessoa que comprou e pagou seu lote, mas nós permitimos que aquele loteamento se fizesse lá. Ele não tem infraestrutura e não é congelando a nossa área como proteção ambiental que vamos resolver nosso problema.

Como o Edson bem disse, nós precisamos desenvolver o centro dos bairros. Precisamos qualificar, por exemplo, a nossa região está dividida em dois distritos: Anhanguera e Perus. Anhanguera não pode ter uma agência bancária porque não temos esse zoneamento lá. Então todos se deslocam de forma precária, porque não temos eixos estruturais, para ir até o banco. Isso sobrecarrega nosso sistema viário, porque temos vias estreitas, e acarreta diversos problemas.

Quero discutir com outros colegas que entendem bem desse assunto, como

podemos qualificar principalmente a área de Perus. Essa discussão do plano diretor para que nossas áreas verdes, que são belíssimas, sejam preservadas, mas que se deem condições da nossa população local se desenvolver comercialmente, socialmente, que os nossos loteamentos irregulares passem pela regularização fundiária para que possamos levar lá o saneamento básico, porque lá estamos pedindo asfalto, guia e sarjeta, um CEP, além de outras coisas, claro.

Também para que o Parque Linear Ribeirão Perus venha de forma consolidada nos ajudar a resolver os problemas das enchentes, as cheias. Que os nossos novos terminais de ônibus, que teremos, tenham qualidade como os de Pinheiros e outras áreas, para que possamos fazer com que o nosso bairro, que está tão afastado teoricamente do Centro, possa se desenvolver sozinho, para que os nossos moradores não precisem vir até o Centro para trabalhar, que a gente tenha trabalho digno lá, como já temos algumas associações, para que tenhamos um zoneamento que permita além das habitações de interesse social, as habitações de diversos padrões, porque podemos adquirir essas habitações.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado Jackeline. Tem a palavra o Sr. Eduardo Peres Palia, Subprefeito da Freguesia do Ó.

Esta audiência é macroregional, mas também é a audiência pública da Freguesia. É claro que vamos discutir a zona Norte como um todo, aliás, vamos discutir a Cidade como um todo, porque a audiência pública é do plano diretor e o plano diretor trata a Cidade como um todo, não trata da Cidade dividida em pedaços. A nossa intenção em fazer audiência pública em cada região da Cidade é aproximar o debate da população. E é claro, um olhar mais específico para a região no âmbito de uma proposta mais geral do plano diretor. De qualquer maneira esta é a audiência pública da região da Freguesia.

Agradecemos a presença de todos os Subprefeitos, em especial, o Subprefeito da Freguesia que está nos recebendo.

O SR. EDUARDO PERES PALIA – Bom dia a todos, Vereador Nabil, Subprefeitos, quero agradecer a todos nesta audiência da macroregião norte, Subprefeitura Freguesia do Ó – Brasilândia. São muito importantes as opiniões de quem vive aqui na região e que o plano diretor estratégico contemple o máximo, para que tenhamos no futuro uma vida melhor. É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Eduardo. Vou começar a chamar as pessoas, em primeiro lugar passo a palavra a nossa ex-Vereadora, sempre Vereadora Lídia Correa, da Federação das Mulheres.

A SRA. LÍDIA CORREA – Bom dia a todas e todos, à Mesa, Vereador Nabil, Subprefeitos, quero primeiro saudar a Câmara Municipal pela realização dessas audiências públicas. Acho importante ouvir, registrar, São Paulo é uma Cidade muito importante, mais de 10 milhões de habitantes, precisa de um plano diretor e ninguém vai conseguir fazer um plano diretor à altura da nossa Cidade se não ouvir, escutar e analisar bem a situação da Cidade.

Tenho falado em algumas outras audiências e quero falar aqui também, é uma questão preliminar, São Paulo já foi considerada a locomotiva do Brasil, o coração do país e mais recentemente o Prefeito disse que São Paulo era o centro do desenvolvimento nacional e São Paulo se tornou nessa metrópole, a mais importante do país, uma das mais importantes do mundo,, principalmente por força das indústrias que se instalaram aqui, das indústrias que se desenvolveram na nossa cidade. São Paulo é considerada a cidade do trabalho e isso deve ser preservado, deve ser estimulado, deve ser incentivado, deve ser protegido. Eu acho que no Plano Diretor deveria constar essa questão do apoio à instalação da indústria, a criação de parques tecnológicos, centros empresariais, centros industriais, ou outro nome que tenha. Qualquer cidade grande do nosso país tem um, dois, três, quatro parques tecnológicos, é assim Campinas, Sorocaba, Jundiaí, quase todas as cidades, quase todos os prefeitos brigam para que as empresas virem se instalar no seu município e aqui em São Paulo nós vemos as indústrias indo embora e nenhuma política é feita para impedir isso. Ao contrário, deveria atrair

indústria moderna, de porte, indústria na área de informática, na área de eletrônicos. Hoje as indústrias são modernas, não são mais aquelas indústrias poluidoras, como em outras épocas. Então a gente tem aquela imaginação, mas indústria... Essa história de que São Paulo é cidade de serviço, isso é conversa fiada, isso não existe. Uma cidade como São Paulo precisa ter não um, mas, pelo menos quatro centros tecnológicos na cidade. E não basta apenas isenção de impostos, como às vezes se apresenta. “Vamos dar isenção de IPTU. Isenção disso”. Não é só isso. A indústria precisa de mais apoio, de logística para poder circular os produtos, precisa de energia, água, informática e tudo isso e isso é o Estado, é a Prefeitura, é o Poder Público que tem que ajudar a garantir. Nos municípios por aí os prefeitos dão terrenos, doam terrenos, doam tudo para a indústria se instalar. Aqui em São Paulo tudo mundo sabe o preço absurdo dos terrenos, então as indústrias que hoje tem preferem vender os seus terrenos, para especulação imobiliária, provavelmente para condomínios que é o que mais cresce nessa cidade e vão embora, vão se instalar em outro município, modernizam sua planta da indústria.

Então eu queria colocar isso, Vereador Nabil. Acho que é uma questão importante, é o momento de colocar isso, que o Plano Diretor veja como um plano estratégico de investir na instalação de indústrias. Eu particularmente proponho que aqui na nossa região, Pirituba tem muita área, vai ser construída a faculdade de tecnologia que pode ajudar na formação de mão de obra qualificada, tem área para isso, é próximo das rodovias, do rodoanel, então eu acho que é uma área propícia para instalar um desses parques industriais tecnológicos e pensar mais para frente, mais ousado e não apenas administrar a cidade como às vezes a gente, pela pressão que ela demanda, acaba acontecendo.

Rapidamente, só para encerrar, peço desculpas por me estender, a outra questão é sobre a ocupação das áreas, que está sendo proposta no Plano Diretor, a ocupação, que eles chamam de adensamento próximo das avenidas. Eu acho que a situação hoje já está muito ruim, tem que ser visto com muito cuidado isso. Nós só vemos verticalizar e adensar sem a estrutura necessária, sem drenagem de água, sem espaço para o trânsito. Enfim, eu acho que

precisa ser visto com mais cuidado, ter mais controlado isso, porque acho que essa é a maior preocupação na cidade de São Paulo, os condomínios crescerem, a verticalização desenfreada da nossa cidade, muito de especulação imobiliária, preços exorbitantes e acho que o momento é agora.

Era isso que queria colocar, agradecer a atenção e dizer que estou bastante confiante e que a gente possa ainda alterar o Plano Diretor como acho que precisa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, ex-Vereadora Lídia Correa. As contribuições são sempre bem vindas.

Tem a palavra a Sra. Figildes. Peço que se apresente se representar alguma entidade e que fale em três minutos, no máximo.

A SRA. FIGILDES BACELAR FRANCESCONI – Sou brasileira, já morei em nove capitais do nosso país e outras tantas cidades. Sou presidente da Associação Piratininga dos Bairros Afins. É uma entidade nacional. Nós lutamos há muito tempo por moradias e a prova maior disso, rapidamente, são esses diplomas todos que tenho aqui, inclusive uma homenagem do Tribunal de Honra do Habitat, da Vice-Secretaria Geral das Nações Unidas.

O que importa é que ratificando o que disse o nosso subprefeito, nós estamos buscando urgentemente, pedindo socorro de todas as formas, pela regularização fundiária. Cada dez casas de São Paulo, sete não tem escritura. Eu nunca vi isso em lugar nenhum, só aqui em São Paulo, e não sei o motivo. Nas outras capitais isso não acontece, apesar de serem menos que São Paulo. Adoro São Paulo, mas sou bem brasileira.

É o seguinte, estou dando aqui um exemplo. Nos lugares onde não tem regularização fundiária não pode entrar água, não pode entrar luz, não entra cabeamento telefônico, não posso ter computador e por isso não posso colocar e-mail, porque eu tenho e-mail, mas não posso colocar, não posso ter esgoto, não pode entrar CRAS, que da área de assistência social, não pode entrar CREA e nem outros órgãos públicos porque para alugar um prédio desses tem que ter regularização fundiária, mas não temos. Então Jaraguá inteiro está

nessa mesma situação e é o lugar que mais necessita de tudo isso, de saneamento básico principalmente, para que nós tenhamos saúde física e mental. Então está aqui o meu pedido, compramos um terreno particular, pagamos, ele tem escritura pública e, no entanto, as casas já estão todas construídas e lá dizem que é área de preservação ambiental. Eu quero que vocês me mostrem onde tem um matinho aqui. Não tem nem água, quem dirá matinho. Vocês vão preservar o quê? Aí nós entramos na Prefeitura e ela disse que não podia fazer nada, arquivaram nosso processo enquanto nós construíamos as casas. Entramos no Legislativo e o Presidente da Câmara disse que não pode fazer nada. Nós entramos no Judiciário e eles um TAC, Termo de Ajuste de Conduta e até hoje estou tentando descobrir onde é que eu vou tacar esse TAC.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Tem a palavra a Sra. Rosemary.

Em seguida Luís Carlos.

Ao final da fala da Rosemary eu vou encerrar as inscrições, informando todos vocês que a Câmara, além do que vocês vão falar aqui, vocês podem pegar junto à Secretaria uma carta que já está pré-postada, então quem quiser escrever é só levar para casa e escrever sua proposta, sua sugestão e depois colocar no correio. Já está com o porte pago. Pode também entrar no site da Câmara, WWW.câmara.sp.gov.br e dessa maneira também acessar no Plano Diretor e também levar suas contribuições para a Comissão.

A SRA. ROSEMARY – Boa tarde. Eu sou advogada e faço alguns trabalhos de arquitetura também. Queria algumas informações quanto ao Plano Diretor. As construtoras, qual o prazo que elas têm para entregar os projetos sem as novas modificações do novo Plano Diretor?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Depois a Secretária vai esclarecer esse ponto.

Tem a palavra o Sr. Luís Carlos e, em seguida, o Sr. Tiago Valentin, da Igreja

Metodista.

O SR. LUÍS CARLOS – Presidente do Lions Parque Continental. Tenho duas propostas. Uma é pedir uma lei e a outra é sobre o Plano Diretor.

Primeiro quero parabenizar vocês por isso que vocês estão fazendo, governar é isso, é com o povo. Eu não sei se posso pedir a lei. Posso? Nós ajudamos muitas entidades e caridade. Outro dia uma entidade quebrou a perua e não tinha como levar o leite. Eu disse: “Vamos lá”. Levamos o leite lá, quando cheguei, entrei no escritório vi um carnê do IPTU. Por que entidade de caridade paga IPTU? Isso tinha que ser lei. Eu sentei atrás do computador, fiz um ofício, mandei e fui exaurido. Mas isso tinha que ser lei, não tem que sentar atrás do computador e fazer unidade por unidade. A Prefeitura tinha que exaurir o imposto dessa gente, R\$ 2.800,00 um imposto de IPTU, é caro. Energia elétrica cobrando 38% de ICMS e não sei o quê. Tem que exaurir isso aí. Não pode ser assim. Estamos trabalhando feito loucos para essas entidades e a Prefeitura cobrando IPTU, o governo do Estado cobrando ICMS. Não pode ser isso.

Segunda minha proposta é sobre o Plano Diretor. Tinha que ter uma lousa para desenhar, mas vou falar, se precisar tem meu e-mail, eu vou na Prefeitura e levo se precisarem. Quantos no automóvel morrem por dia em São Paulo? A Mesa sabe? Pelo menos quando eu pego a marginal aí, eu chego e está um motoboy embaixo e um caminhão, embaixo de um carro...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Cinquenta mil pessoas morrem em acidente de trânsito no Brasil por ano.

O SR. LUÍS CARLOS – Eu estou falando em São Paulo, que é o Plano Diretor. A minha sugestão é fazer pista aérea do lado da marginal para motoboy, ele tem que andar independente dos carros, fazer uma pista aérea com três metros de largura, com entrada e saída nas pontes. Isso é Plano Diretor, é segurança de vida da população. Pega a Marginal Pinheiros, Tietê, em qualquer uma que você vá é acidente, um em cima do outro, coitados.

Paga IPVA, paga todos os impostos e não tem segurança de nada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki)- Obrigado, Sr. Luís Carlos...

Paga IPVA, paga todos os impostos e não se tem segurança de nada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Sr. Luis Carlos.

Os assuntos sobre retenção de impostos não são do tema IPTU. São de leis específicas. Mas o senhor já registrou.

Próximo é o Sr. Tiago Valentim e, em seguida, o Brito, do portal ZM.

O SR. TIAGO VALENTIM – Bom dia aos componentes da Mesa e a todos os presentes.

Represento a Associação da Igreja Metodista, uma entidade que está no Município de São Paulo há, aproximadamente, 150 anos. E, aqui na Freguesia, há 60 anos. Somos vizinhos da Ordem da Irmãs Filipinas, à rua Mestras Filipinas.

Gostaria de fazer aqui uma solicitação específica e geral. A específica é o problema que muitas comunidades e igrejas têm com relação ao barulho. Estamos com um projeto de ampliação de nosso espaço e regularização no sentido de toda essa parte de acústica e acessibilidade. Por conta da Lei de Zoneamento, não podemos fazer nenhum tipo de alteração, pois a nossa via é classificada como local e precisaríamos que fosse mista. Assim, poderíamos fazer essa ampliação. Essa é a solicitação específica visando nossa comunidade.

Ao mesmo tempo, ela é geral também, pois visa mobilidade do bairro Freguesia do Ó. A nossa rua vai ficar entre duas estações do metrô. Está a 280m do Fórum da Freguesia e a cem metros da avenida Itaberaba, então, é uma artéria, em nosso bairro, importantíssima para ser classificada como via local. Tem de ser, no mínimo, mista. Não só por conta da construção, mas, principalmente, pela mobilidade, pois vai favorecer o bairro e o trânsito das pessoas.

Por isso, queremos trazer essa solicitação visando, primeiramente, nossa comunidade que está ali há 60 anos. Possuímos um terreno de mil metros quadrados e, por

falta da Lei de Zoneamento, não pode construir. Estamos impedidos. Aliás, nem podemos nos ajustar a fim de não incomodar os vizinhos com barulho e toda essa parte que conhecemos bem e que todas as igrejas sofrem.

E, do ponto de vista mobilidade, favorecer o bairro e a comunidade que ali está.

Agradeço a oportunidade, já protocolei esse pedido, mas entrego também uma cópia diretamente ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. É muito importante que as pessoas que tiverem documentos nos encaminhem, pois fica mais fácil depois analisar.

Tem a palavra o Sr. Brito e, em seguida, D. Djanira.

O SR. BRITO – Bom dia a todos. Meu nome é Brito, do portal ZM na linha.

Inicialmente, quero tecer uma crítica à organização dessa audiência pública. Com todo o respeito à Rosas de Ouro, esse espaço não é nem um pouco adequado para a realização de uma audiência pública produtiva.

Aquele telão não funcionou e, portanto, o pessoal daquele lado não conseguiu enxergar nada.

Estamos, aqui, numa temperatura que nem permite uma boa reflexão. Certamente uma pessoa sairá dessa reunião sem tê-la aproveitado adequadamente.

Tudo isso é importante, pois oportunidades como essa são raras e, com essas dificuldades, não estamos efetivando tão bem como, por exemplo, na Macrozona Oeste, onde havia todas as condições para que se aproveitasse o tempo todo da audiência pública.

Fique, portanto, esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Descontando do seu tempo, estarei fazendo um esclarecimento. Na verdade, a Câmara buscou os lugares mais adequados e que também pudessem ter uma centralidade. Afinal, não adiantaria fazer numa região muito isolada, uma vez que estamos abrangendo a zona Norte toda.

Realmente, concordo cem por cento contigo, mas houve uma grande tentativa por

parte da Câmara em conseguir encontrar um espaço adequado, com centralidade e também com disponibilidade. Não foi por falta de preocupação nossa. Inclusive, nossa assessoria fez um grande esforço para conseguir os espaços.

Infelizmente, concordo com você, mas foi o que conseguimos.

E, então, aproveitando, vamos ter também as audiências públicas em cada Subprefeitura. Será possível, na sequência, aprofundar as questões que, eventualmente, não consigamos aprofundar, hoje, aqui. Obrigado, Brito.

O SR. BRITO – Não vou pedir a impugnação, mas chego a passar pela minha cabeça pedir essa impugnação.

Por favor, quem é candidato ao conselho participativo e, amanhã, vai estar tentando ser eleito. Levante o braço, por favor, com muita confiança. (Pausa)

Que bom, temos alguns candidatos ao conselho participativo. Estou falando isso porque o Plano Diretor será aprovado e será decretado com alterações, ou não. E vai ser só o começo do trabalho.

A atuação, a fiscalização, o acompanhamento, se vai estar sendo cumprido ou não, tudo isso terá a ação dos conselheiros participativos no âmbito da Subprefeitura. É ali que estará acontecendo as contas na ponta do Plano Diretor.

Estar junto ao Subprefeitos que terão de dormir com esse barulho de ter 30, 40 ou 50 pessoas, exercendo democraticamente a representatividade da comunidade será muito bom.

Por exemplo, tenho já uma questão importante para os conselheiros acompanharem: parques de borda da Serra da Cantareira. Todos sabem do grande impacto que o Rodoanel Norte está trazendo, passando em cima de áreas verdes do Parque Estadual da Cantareira e também de grandes terrenos vazios. E se a Prefeitura não correr e comprar logo esses terrenos – como disse o Subprefeito Edson -, se não adquirir e desapropriar esses terrenos, a chance é de que eles se transformem em grandes favelas como está acontecendo

com o Parque Brasilândia. Essa área deveria ser parque, mas está sendo invadida e o Poder Público é omissivo para tirar essa invasão.

Então, o conselheiro terá dois anos para estar lutando rápido pela desapropriação dos terrenos do parque de borda da Cantareira. As ferramentas estão colocadas, o Plano Diretor é uma ferramenta. Essa gestão dá oportunidade participativa.

Que os conselheiros eleitos amanhã tenham, individualmente, humildade para trabalhar em equipe. Não se atenham ao ego, sabem, do “eu sou conselheiro participativo, está aqui meu cartão”. Não. É para trabalhar em equipe para o sucesso e só assim enfrentarão as grandes dificuldades que terão, tanto dentro da Subprefeitura, quanto na discussão política de tudo isso. Para enfrentar tudo isso, só trabalhando com humildade e espírito de equipe e, assim, começar a tentar fazer essa cidade melhorar. E isso tem de ser feito antes que tudo piore, pois todos nós sofreremos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Brito.

Agora, Sra. Djanira Maia. Em seguida, Sr. Gerson Castro.

A SRA. DJANIRA MAIA – Meu nome é Djanira. Vim aqui para ser ouvida pelo Subprefeito Sr. Eduardo.

Eu moro na Cachoeirinha há 35 anos. Estou sendo expulsa da minha rua por causa dos camelôs e ambulantes que vendem artigos roubados.

Já fui à Subprefeitura tentar ser atendida pelo senhor. O problema existe desde 2011. Tudo quanto é item roubado é vendido na minha porta. Eu mesma não posso entrar em casa. Moro na altura do número 4.770 da Inajar. Preciso de um policial na porta da minha casa para poder entrar. Não consigo falar com o senhor. Já reclamei no site, já fui na Subprefeitura com as moradoras da rua e até agora o senhor não me respondeu.

Eu preciso de uma posição do senhor. Todas as coisas roubadas são vendidas na Inajar de Souza, esquina com a Antonio Bosco, rua que moro, e também com a Amaro de Sá Carneiro e a Cesário Verde.

Preciso ser ouvida. Se não é a Subprefeitura que pode resolver meu problema, quem pode? Vou ter de mudar? Não tenho dinheiro para mudar para outro bairro. Vim do Nordeste. Moro ali porque foi um lugar que minha mãe conseguiu. Devo procurar quem? O senhor pode ajudar? Pode me ouvir na Subprefeitura, junto com as moradoras?

Pretendo fazer um abaixo-assinado precisava entregar ao senhor. Não adianta eles falarem que vão resolver. Quando será resolvido? Eu preciso de um GCM na porta da minha casa para entrar. Eu tenho filha menor de idade, a minha rua é de lazer, as crianças de zero a 14, 16 anos são obrigadas a conviver com marginais. Eles jogam as mercadorias nas nossas casas quando aparece a polícia. Eu já liguei várias vezes para a polícia e nenhum GCM nunca apareceu na minha porta. Só aparece a Polícia Militar. Isso não é difícil. Eu sou obrigada a conviver com bandido? Eu sou trabalhadora. Tenho 45 anos e sou uma senhora aposentada porque sou doente, mas contribuí 30 anos, pago meus impostos e eu quero que o Prefeito ou o Subprefeito resolva meu problema.

Não adianta eu reclamar e ligar para a Polícia e a polícia vem e fala: “Vilma, eu levei fotos, eu filmei.” Eu vou ter de fazer o quê? Então, quero falar com o Subprefeito ou o pessoal presente para me ajudar.

Eu quero uma resposta urgente. Eles chegam a minha porta às 5h30. Então, é impossível conviver. Meu marido é motorista, chega a 1, 2, 3h da manhã e não tem horário. Ele tem de dormir. Já tem o barulho da Inajar de Souza. Eu preciso saber onde procurar ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Jeferson de Castro.

O SR. JEFERSON CASTRO – Bom dia. Meu nome é Jeferson Castro de Moraes. Sou morador do bairro do Limão faz 50 anos. Vim para cá bem pequenininho e adoro o bairro do Limão. Eu não sei se tem alguém mais aqui do bairro do Limão especificamente. Tem.

Não vimos aqui nenhum representante do bairro do Limão. Vimos os Subprefeitos de Perus, Tremembé, Freguesia do Ó, mas não vimos o Subprefeito do Limão. Costumo dizer

que o bairro do Limão é uma ilha na qual somos porta de entrada de todos os outros bairros.

O bairro do Limão é porta de entrada de todos os outros bairros e somos mal tratados. Não temos ninguém que represente o bairro do Limão. A rua principal do bairro, a Celestino Bourroul quando chove, enche e caminhões ficam parados. É um mau cheiro terrível. Estamos esquecidos. Porém, o nosso bairro foi mega valorizado. A minha casa que eu achava que valesse 100 mil reais, hoje dizem que ela vale 600.

Porque o meu IPTU está subindo e entrei com pedido de anistia em 2003 – tenho a documentação – ninguém mandou nenhum papel e ninguém foi cobrar o meu IPTU, mas agora me mandaram um IPTU de 15 mil reais para pagar em 10 parcelas, sem choro e nem vela, mais ISS de oito mil reais. Então, tenho de pagar 23 mil reais e não sei de onde tirar. Não sei de onde tirar.

Eu procurei o escritório do Deputado Celino e havia outros problemas semelhantes ao meu que também estão supervalorizando os nossos imóveis e cobrando taxas abusivas as quais eu não posso pagar.

O Subprefeito do Tremembé falou que o nosso problema é a riqueza de muitos e a nossa pobreza. Mas como nós podemos enriquecer? Durante 30 anos que estou construindo a minha casa, eu não posso deixá-la um pouco maior. Estou construindo há 30 anos, mas teria de morar em uma favela.

Então, irmãos, peço atenção a todos os que moram no bairro do Limão e sabem que nosso problema existe, nossa área está sendo supervalorizada para se cobrar o imposto mais alto, mas não estão fazendo nada por nós.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

João Mota.

O SR JOÃO MOTA – Boa tarde. Sou João Mota, moro na Freguesia há 58 anos e a minha contribuição é também uma denúncia sobre o nosso sistema viário de acesso à Freguesia do Ó.

Há mais de 40 anos, por um desrespeito enorme ou por um interesse, como o Dr. Edson falou, que são interesses escusos e não os interesses da população, o nosso acesso para a Freguesia ficou desviado pela Lapa. Quem vem do Centro Expandido tem de ir até a Lapa – estou falando por quem anda de ônibus, que é meu caso, como a maioria dos moradores da Freguesia – depois ir ao Limão para chegar ao Largo do Clipper. Isso significa 45 minutos a mais por passageiro para chegar a sua casa após um dia de trabalho.

É isso que quero registrar e pedir que seja considerado no Plano Diretor porque é uma necessidade urgente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Agora é o Sr. Rubens de Oliveira.

O SR. RUBENS DE OLIVEIRA – Bom dia. Meu nome é Rubens e moro na Vila Palmeira, ao lado da Inajar de Souza.

Primeiro agradeço a Rosas de Ouro pelo espaço que está dando para a gente senão não teríamos aonde ir, mas merecemos um lugar mais adequado. Mas obrigado a diretoria da Rosas de Ouro.

Dizem que o povo tem o governo que merece. Amanhã teremos a eleição do Conselho Participativo. É muito importante que a gente melhore. Estou indignado de um lado e muito feliz por outro. Indignado porque essas cadeiras deveriam estar lotadas de pessoas como estão os sofás para assistir as novelas da Globo, o Big Brother Brasil. São muitas bandeiras a se levantar e poucas mãos. Então, eu queria uma salva de palmas para gente que está aqui porque somos poucos, mas a gente pode fazer a mudança. (Palmas)

Vejo a indignação sobre a qualidade dos serviços prestados. Muitas vezes o Subprefeito é refém disso. Hoje há reforma em vários aparelhos do Município e a qualidade do serviço prestado por essas empresas é terrível. Então, esses conselheiros podem ajudar a pressionar o Prefeito e que isso melhore. Eles fazem serviços horríveis e cobram caro. É

importante que a gente fique de olho nisso porque às vezes os próprios governantes não têm a mesma força que temos.

A gente vive em castas aqui. Vejo que o desenvolvimento da Inajar de Souza da margem é muito inferior, por exemplo, a Edgar Facó e a Engenheiro Caetano Álvares. Por quê? Será que é por coincidência que o poder aquisitivo é maior nessas regiões? É importante que haja equanimidade e possa ter investimentos onde realmente precisa.

Para o metro da Vila Madalena ser construído – sei que isso é do Estado, mas só para ver como somos tratados – foram três anos entre decidirem fazer e fazerem. O metrô da Brasilândia está há mais de 10 anos e ainda está no papel. A gente é tratado desse jeito e a gente precisa de respeito, a gente quer, a gente exige respeito.

Peço que esses conselheiros ajudem as Subprefeituras e que as Subprefeituras também nos ajudem nessa qualidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Anuncio a presença do Vereador José Police Neto, que acompanha muitas das audiências e contribui com o nosso trabalho.

O próximo é o Sr. Felício Camargo Neto, Compromisso e Luta Casa Verde.

O SR. FELÍCIO CAMARGO NETO – Boa tarde. Sou representante do Compromisso e Luta Casa Verde. Amanhã estarei concorrendo ao Conselho Participativo Municipal.

Tenho três propostas. Nesse novo Plano Diretor estou pedindo – já que meu Subprefeito não veio, que é Casa Verde e Limão, mas está o representante da Freguesia e Brasilândia, geralmente parece que essas Subprefeituras trabalham juntas -, há muito tempo, que possa trazer a zona Norte o crematório. O crematório na Vila Alpina fica fora de mão. Quando a gente chega lá, se você se perder, vai cair na estrada de Santos. E quando voltar, já foi.

No cemitério da Cachoeirinha há aquelas valas enormes. Muitos deles não querem ir e não estão tendo tempo nem de enterrar as pessoas. Se trouxerem esse crematório para nós, facilitará bastante.

Outro pedido é que acabe nos ônibus velhos a roleta que vai até o chão. É uma vergonha as mães trazerem as crianças às escolas e as crianças não pagam ônibus, mas se passar por baixo da roleta, suja toda a roupa, igual um jacaré.

Eu trabalho em escola, sou educador também e as crianças chegam sujas. Não adianta querer chamar atenção da mãe e nem do aluno. A culpa é das catracas. Está na hora de trocar. Os ônibus modernos já estão com as catracas novas. É só abaixar a cabeça e passar.

Outro pedido é que não adianta chegar 100 ou 50 trabalhadores terceirizados da Prefeitura com as enxadinhas limpando os córregos dos bairros. O que tem de fazer é trazer panfleto, avisar o pessoal. Limpa-se o córrego, entrega-se o panfleto nas mãos dos moradores da beirada dos córregos explicando que não se pode jogar lixo e etc. Eles limpam e vão embora. Chove, os pneus e os entulhos vão todos ao rio. Gasta-se muito na limpeza do Rio Tietê e não se gasta no bairro, só aquelas enxadinhas, enxadinhas, enxadinhas. Então, o Subprefeito tem de prestar atenção nisso.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

O próximo é o Sr. Carlos Vagner da Silva.

O SR. CARLOS VAGNER DA SILVA – Boa tarde a todos. Meu nome é Carlos Vagner. Trabalhei 39 anos e quatro meses na Subprefeitura. Agradeço todos. Eu vejo a TV Câmara todos os dias.

Todos têm reivindicações a fazer. Está o Subprefeito da Freguesia do Ó, sua administração está ótima. Todos os coordenadores lá são excelentes.

Tenho 10 pedidos para que minha rua seja asfaltada porque ela é de

paralelepípedo. Será que posso levar esse pedido em suas mãos? Sei que o senhor é irmão do Luciano, Coordenador de Obras de lá. Será que daria para resolver o meu caso?

Agradeço a vocês e boa festa.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

O próximo é o Sr. Cantino José Viana, do Movimento Ousadia Popular.

O SR. CANTINO JOSÉ VIANA – Boa tarde a todos.

Eu sou presidente do Movimento Ousadia Popular.

Eu defendo moradia, eu defendo o meio ambiente, o lazer, só que gosto de respeito também nos projetos certos. Temos o Parque da Brasilândia que lutamos desde o ano 2000. Não é brincadeira. Eu comecei a luta sozinho e hoje a comunidade está toda junta. Esse parque tem de vingar e sair do papel porque tem verba para ele. A gente está enjoado de ficar cobrando e cobrando e não tem retorno, só enganação. Não queremos isso. Queremos moradia para o povo, lugar seguro. Nessa área não é lugar do povo morar. O povo está pendurado na barranqueira.

O dia que morrer um naquela cachoeira do Onça com seis metros de volume da água – sou morador há 43 anos dali e conheço a cocheira -, lá tem 21 minas de água, a maior parte foi soterrada e agora só tem sete minas. Quando a gente cobrava, ninguém dava a mínima.

A Sabesp está com projeto para fazer tratamento do Córrego da Onça. Eles falaram que não podem fazer o projeto andar para frente por causa da moradia do povo. A Prefeitura tem obrigação de tirar o povo de lá para a Sabesp continuar o projeto. A gente paga o nosso imposto e temos o direito de cobrar o que é nosso.

Eu também defendo o Parque da Cantareira porque sou conselheiro há mais de quatro anos ali dentro defendendo a Serra da Cantareira. Não tem mais respeito na Serra da Cantareira. Sujam as cachoeiras. Ali é nosso. Eu já bebi água daqueles tanques, hoje os tanques estão ali não para levar sujeira e nem para quebrar árvores e matar os animais. Estão

cercando os animais na Serra da Cantareira. Tem bugil morto lá dentro, as árvores derrubadas, isso não é brincadeira. Tem de respeitar o meio ambiente e o povo.

A Sabesp é pior ainda porque matou os mananciais todinhos jogando poluição nas cachoeiras. O córrego do Onça, de 70 a 85, tinha água limpa. O povo bebia, tomava banho. Hoje, o povo não pode entrar mais lá porque está contaminado. Já teve até uma perna lá dentro. Isso é demais e deixa o povo revoltado.

A Brasilândia merece respeito. A Brasilândia é nossa. Nós queremos melhorias para a Brasilândia. Não há um parque na Brasilândia. O povo quer levar as crianças ao parque tem de levar ao Ibirapuera, ao Horto. Isso é uma cachorrada o que estão fazendo com o povo.

O Prefeito ainda manda uma carta para mim falando que está desistindo do Parque da Brasilândia. Por quê? Será que somos piores do que os outros? Será que nossa região não vale nada? A nossa região não merece um parque mais próximo para curtir o lazer? Isso é uma cachorrada o que estão fazendo com o povo.

Nós queremos sim e não vamos desistir do Parque Municipal da Brasilândia, porque ele é nosso e não vamos abrir mão.

A nossa saúde também está uma porcaria.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. O senhor tem toda a razão. A gente precisa garantir a implantação do Parque da Brasilândia, uma questão importante da cidade de São Paulo.

O próximo é o Sr. Jacimar da Silva Ferreira.

O SR. JACIMAR DA SILVA FERREIRA – Eu acredito que já foi dito tudo o que eu precisava dizer. Eu represento o Movimento Muda Já Periferia.

O novo Plano Diretor vai reorganizar São Paulo, ele vai repaginar. Acredito que ele foi elaborado em pouco tempo, em 11 meses. Para mim ele está bem adiantado até. Então, resta-nos agora apostar nos membros do conselho participativo. Eles estão com a responsabilidade de reivindicar e levar os nossos anseios e necessidades para São Paulo

melhor, para uma periferia melhor. Acredito que São Paulo tem de melhorar da periferia para o Centro e não do Centro para periferia, que é o que costuma acontecer, como se a periferia estivesse lá por acaso. Fiquei feliz em saber que uma administração de apenas 11 meses que esteja bem adiantada. Eu aposto nos membros que dos quais irei escolher um amanhã. Está lançada a sorte de São Paulo.

São Paulo está na mão desses que se candidataram para eleger o Plano Diretor que vai repaginar a cidade de São Paulo. Muito obrigado a todos e fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Próximo inscrito é o Sr. Marcelo Lobato e, em seguida, Rafael Gouveia.

O SR. MARCELO LOBATO – Bom dia a todos. Sou Marcelo Lobato. Sou Presidente da ONG Viver Para a Vida. Sou psicólogo da Universidade Federal do Estado de São Paulo.

É uma grande honra participar com vocês de um momento como esse. Gostaria de agradecer a presença de todos e à iniciativa de podermos participar do Plano Diretor da cidade de São Paulo.

Gostaria de considerar algumas coisas que precisam ser levadas adiante e uma delas é essa proximidade com a população, que precisa, cada vez mais, ser valorizada.

A dignidade que as pessoas trazem ao serem ouvidas é algo que precisa mesmo ser devolvida a elas. Ao longo do tempo, foi retirado, da população, o seu direito de ser ouvida. E essa iniciativa precisa ser intensificada para gerar o espelho do que os cidadãos gostariam de ver na cidade de São Paulo. É justamente isso que as pessoas querem para a Cidade.

O Plano Diretor precisa ser visionário. As pessoas precisam trazer aquilo que gostariam de ter em seus bairros, em suas ruas, na Cidade como um todo. E tudo isso precisa ser documentado. Todos aqui são Líderes. Utilizem suas lideranças para documentar as solicitações e sugestões que gostariam de estar vendo nas suas ruas, na sua vizinhança e também na Cidade. É esse o objetivo dessa iniciativa.

Só que não pode ficar só por aqui. Isso precisa ser levado adiante., É preciso que isso seja multiplicado. É lógico que a Cidade de São Paulo merece ser uma cidade de excelência. Não adianta ficar só com o *slogan*. É preciso que seja algo oficial. É preciso que a Cidade seja reconhecida e valorizada.

É necessário que todos tenham oportunidade e, que, juntos – e somente juntos – poderemos fazer algo diferente.

Quero agradecer muito mesmo essa iniciativa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Próximo é o Sr. Rafael Gouveia e, em seguida, Airton Barros.

Antes do Sr. Rafael fazer uso da palavra, gostaria de anunciar para vocês as audiências públicas que serão feitas nas Subprefeituras, na zona Norte. Teremos na segunda-feira, dia 9, à noite, audiência pública da Vila Maria – Vila Guilherme; na quinta-feira, dia 12, na Casa Verde; no dia 13 na Subprefeitura de Pirituba; dia 14, em Perus, de manhã, e à tarde em Santana – Tucuruvi.

Isso completa todas as Subprefeituras da zona Norte e quem desejar participar, poderemos fazer uma discussão mais específica sobre esses bairros.

Tem a palavra o Sr. Rafael.

O SR. RAFAEL GOUVEIA – Bom dia a todos. Parabenizo todos vocês por estarem aqui, mesmo nas condições de calor, complicado aqui, na área da Rosas de Ouro. As condições estão muito difíceis, mas, mesmo assim, temos de agradecer e também à Prefeitura de São Paulo, pois está dando voz à população, está consultado a população, o que é mais importante.

Meu nome é Rafael e sou professor das redes municipal e estadual de ensino. Estou lutando junto com o pessoal no Movimento em Defesa do Parque Municipal da Brasilândia, uma vez que entendemos que nossa região, pelo crescimento urbano desenfreado e violento do ponto de vista ambiental.

Tenho encontrado geógrafos e muitas pessoas lutadoras. Estamos juntos e temos defendido a criação do Parque Municipal da Brasilândia, local onde hoje há ocupação de algumas famílias.

A questão não é provocar atritos com essas pessoas. A intenção é construir uma área em que todos sejam beneficiados. É uma região rica em biodiversidade. Existe uma área de mananciais naquele local. É uma área de encosta e, portanto, de risco.

Então não podemos aceitar que essas pessoas estejam correndo risco por se tratar de uma área de encosta, onde também não existe uma cobertura de solo. As condições ali favorecem deslizamentos de terra. Sabemos que, agora, no verão, está suscetível a tragédias, que ninguém deseja.

Defendemos, sim, a moradia, mas que ela seja de forma segura, confortável e digna acima de tudo. Aquela região não oferece essas características. Nosso movimento é apartidário e todos que desejarem participar dessas discussões serão bem vindos.

Quero deixar muito claro às pessoas que não estamos contra a moradia. Mas defendemos uma moradia de qualidade, digna e, principalmente, segura e confortável para todos. Essas pessoas, inclusive, poderão desfrutar dos benefícios que esse parque nos trará: com áreas de lazer, qualidade de vida etc.

Aproveito a oportunidade para dar alguns informes sobre nossas reuniões, que são realizadas na rua Talha-mar, jardim Damasceno, número 105. Dia 14, próximo, realizaremos um encontro para tratar sobre essas questões do parque. Defenderemos algumas ações e faremos alguns seminários, tratando das características de parque linear e de parque municipal. Existe diferença nesses dois tipos de parques.

Defendemos uma moradia de qualidade, digna, confortável e segura. As pessoas merecem. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Sr. Rafael. Próximo é o Sr. Airton Barros e, logo depois, Sr. Alex Mota.

O SR. AIRTON BARROS - Meu nome é Airton Barros. Participo do Fórum Pró-Metrô Freguesia – Brasilândia. Trabalho também na assessoria do Vereador José Police Neto.

Queria fazer minha intervenção sobre dois pontos. Com relação às macrozonas, a ambiental e de estruturação urbana, que têm de ter manutenção, pois são elas que nos permitem que tenhamos fotografia mais detalhada do território onde se atua, entendendo e identificando as áreas e os locais onde são necessárias as intervenções, sejam de manutenção pontuais, globais e até aquelas diferenciadas que precisam ser feitas em áreas degradadas e precisam ser revitalizadas.

Só queria falar ainda do estrangulamento do sistema viário da região Norte. Hoje existe um inexplicável estrangulamento do sistema viário, tanto de acesso quanto de saída da região da Freguesia do Ó.

Antes da Freguesia do Ó, se liga pela Inajar de Souza, mas essa avenida é ligação direta com a Cachoeirinha e não com a Freguesia do Ó. A ligação com a Freguesia, originariamente, era por uma antiga ponte de madeira. Essa ponte foi desativada na década de 50 e, daí, passava pela antiga avenida Santa Marina.

Na Operação Urbana Água Branca, existia uma contrapartida das empreiteiras que criaram aqueles espigões ao longo da avenida Francisco Matarazzo, de construir uma ligação pela Carlos Vicari, passando pela Santa Marina e ligando à Freguesia do Ó. Essa contrapartida não foi cumprida.

Portanto, companheiros, eu acho que no Plano Diretor, para esses próximos dez anos é preciso readequar o viário dessa região. É preciso criar uma rotatória, ou no largo do Japonês, a fim de ligar aquelas três importantes avenidas, que são a Cantídio Sampaio, Inajar de Souza e Itaberaba.

Consolidar no largo da Vila Bancária. Todos sabemos que é uma confluência entre a Avenida Itaberaba e João Paulo I, e não tem um largo da Vila Bancária. Quer dizer, é preciso considerar aquilo lá como centro importante da periferia e é preciso, também, construir uma

rotatória no final da Avenida Nossa Senhora do Ó, para poder fazer essa ligação mais rápida de acesso à Freguesia do Ó.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Airton. Só lembrando que a Operação Urbana Água Branca, recém-aprovada pela Câmara, já previu a ligação da Santa Marina e também a Ponte da Raimundo Pereira.

Portanto, pelo menos nesse lado de cá, nos cruzamentos, é possível que sejam feitos em um prazo curto.

As outras questões aí, do viário da zona Norte, realmente são problemas que precisam ser enfrentados.

Tem a palavra o Sr. Alex Mota.

O SR. ALEX MOTA – Boa tarde a todos.

Faço parte do Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia e quero dizer da importância desse parque para a região, O parque não é apenas para a Brasilândia, mas para toda a região. Um parque com o conceito não só de preservação de meio ambiente, mas com o conceito de lazer, porque a região toda da Brasilândia, especificamente, carece de espaços de lazer.

Então, essa é uma bandeira que desse grupo organizado. É um grupo apartidário. Se outros partidos quiserem somar conosco, o espaço está aberto.

Gostaria de chamar a atenção, também, para a Avenida Deputado Cantídio de Sampaio, do ponto de vista de mobilidade urbana. É preciso se pensar em revitalizar aquela avenida, ou até mesmo duplicar.

O outro ponto é para a Avenida Manuel Bolivar, especificamente onde eu moro. Lá é um caso sério de enchente. Nos dois pontos da Avenida, temos problemas com moradia e a qualquer momento vai acontecer um desastre naquele local.

Aproveito esse espaço para chamar a atenção das autoridades para voltarem os

olhos para aquela Avenida, no jardim Carumbé.

Outro ponto é com relação ao Hospital da Brasilândia. O Secretário de Saúde, em outro momento, disse que eu estava equivocado. Quero dizer para ele e para o Governo também que, se ele vier escutar o povo da Brasilândia, ele vai encontrar milhares de pessoas equivocadas, porque defendemos, especificamente, que o Hospital não seja construído em um espaço direcionado para o lazer ali na Freguesia do Ó, mas, sim, lá no morro, porque temos três hospitais do Estado, na região, que oferecem atendimento adequado para esse povo da zona Norte. Queremos o Hospital da Brasilândia lá no morro.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Alex.

Tem a palavra o Sr, Willian, da Associação Comercial Distrito Anhanguera/Perus.

O SR. WILLIAN – Boa tarde a todos.

Sou o Prefeito em Perus.

A população, na verdade, quer dignidade.

O IPTU está muito caro. Enquanto a periferia gostaria de regularizar-se e gostaria de pagar o IPTU, não pode. Então, em vez de aumentar o IPTU na Cidade, façam o seguinte: regularizem. A regularização fundiária se faz necessário na periferia, para que as pessoas tenham dignidade e possam, de fato, morar.

Temos um exemplo prático agora: Itaberaba II, iam sair 700 famílias. Graças ao empenho do Vereador Police Neto e de outras pessoas que tiveram a coragem de encarar, e hoje têm 38 famílias que estão prestes a sair.

Agora, temos ruas sem asfalto, não temos um parque linear, que vai sair agora, mas queremos que saia do papel.

Então, regularização fundiária, nas periferias é fundamental para que a pobreza seja extinta, porque o povo não quer morar em favela. O povo quer ter dignidade. (Aplausos)

Eu represento, também, a Associação Comercial e Empresarial do Distrito

Anhanguera, e estamos abismados. Perus tem aproximadamente 122 mil habitantes; o Distrito Anhanguera, aproximadamente 122 mil habitantes; Distrito Perus: 5 agências bancárias; Distrito Anhanguera: nenhuma. Nós precisamos ser reconhecidos. O comércio migra para a Lapa todo mês. A riqueza de Perus está indo para o Centro expandido. Detalhe: você não consegue chegar ao Centro expandido. Se você tiver qualquer compromisso antes das 10h, você tem de sair às 4h, porque, na Lapa, você não consegue chegar. Tem um gargalo, aqui na Anhanguera, que ninguém consegue mais fazer.

Então, não é só a questão aqui da Freguesia do Ó. Lapa e Perus estão estagnadas. Não temos acesso.

Um outro acesso que precisamos: ligando o Morro Doce ao Sol Nascente, para desafogar o trânsito de Perus. Ninguém mais consegue andar em Perus, graças também às obras do Rodoanel, que também estagnaram o nosso espaço lá.

Outra coisa também, é o acesso ligando o Sol Nascente a Perus. O projeto do Police Neto foi feito, mas até agora não saiu do papel. Precisamos que a Prefeitura dê uma olhada melhor, porque automaticamente ligaríamos Vila Suína ao Sol Nascente, que liga a Perus, e, assim, você não paga pedágio. Porque, se a gente mora na Vila Suína e tiver de visitar Perus, para voltar, se for pelo Rodoanel, paga pedágio, se for pela Anhanguera, vai ter de pagar pedágio porque no 18 ninguém anda. Então, é uma coisa muito importante para a gente.

Só concluindo, o rapaz falou que não quer o hospital, onde já tem três. Então, eu peço encarecidamente: Perus precisa de um hospital, porque nós não temos. Duzentos e quarenta mil habitantes e não temos um hospital. Então, mandem esse hospital para nós. A gente precisa e tem terreno. Basta conversar.

Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Neimar Ortiz.

O SR. NEIMAR ORTIZ – Boa tarde a todos.

Meu nome é Neimar Ortiz, sou Advogado militante aqui na área de Vila Brasilândia e tenho visto os anseios da população local.

Eles têm me perguntado: “Neimar, cadê as habitações de interesse social? Cadê a zona especial de interesse social aqui na região?”

Existe esse projeto no Plano Diretor, porém isso já foi votado no projeto passado, só que não avançou muito. Não teve um avanço significativo. E é necessário que esse projeto não seja só na região de Vila Brasilândia, mas que seja na cidade de São Paulo inteira, porque o povo de São Paulo precisa ser beneficiado com projetos de interesse social. E essas habitações também servirão para que sejam colocados à disposição da sociedade os serviços públicos de interesse social, porque o povo precisa de atendimento.

Olhemos aqui para as regiões: as drogas invadem as nossas periferias. Essas pessoas precisam de ajuda e essas habitações de interesse social, para a locação de espaço público, precisam ser colocadas na região de São Paulo inteira. Só que isso não é falado, e as pessoas necessitam desse trabalho aqui na periferia de São Paulo, porque isso daí vai fortalecer o desenvolvimento de nossa região. São Paulo precisa de pessoas que têm interesse em ajudar os necessitados, ou seja, que são doentes, e a parte social é muito importante para o desenvolvimento de nossa cidade.

Vejamos também que no interesse social têm de ser beneficiadas as pessoas que moram ali, nos locais. Elas não podem ser despejadas, ou seja, não podem ser colocadas em locais distantes de sua região.

No interesse social, as pessoas têm de ser beneficiadas aqui, aqui em nossa região, para que o trabalho funcione. Ou seja, para que as pessoas sejam realmente contempladas.

Quero aqui aproveitar e deixar um forte abraço ao Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Completamos a nossa lista de inscritos.

Passarei a palavra ao Vereador Police Neto e, depois, caminharemos para as falas finais.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Nabil, cumprimento a nossa Subprefeita e os dois Subprefeitos que a acompanham, e a nossa Secretária de Desenvolvimento Urbano.

Preparamos quatro slides para contextualizar uma das coisas que a gente apontou uma preocupação ontem, na reunião.

Aqui é só a divisão que a gente reconhece a macrozona de proteção e onde a gente trabalha a ocupação urbana.

Aqui foi a sobreposição dela a algo que é fundamental, que é a carta geotécnica. Aqui é um pouco a recomendação técnica se a gente deve ou não ocupar o território e que vai decifrando um pouco dos enigmas de porque tem contenção de utilização de áreas e onde a gente deve, de fato, estimular a presença da população. Isso vai nos ajudar a sermos mais precisos em tentarmos detalhar um pouco melhor qual o limite da ocupação humana, da ocupação induzida da população. Para quê? Para que a gente não proteja uma área que não tem de ser protegida e gaste um esforço gigantesco em áreas que a gente já tem ocupação organizada e que deve ser qualificada. E esse trabalho, segunda-feira, a partir das 10h, estaremos tecendo em detalhes.

Isso é uma das questões mais importantes para aquilo que foi falado aqui: regularização fundiária.

Próximo slide. Aqui, talvez seja um dos mais importantes que a gente tenha para abordar. A parte vermelha, de baixo, é o trecho reconhecido como macroárea de desenvolvimento metropolitano. É aquela em que a Cidade vai se desenvolver de fato, e têm as relações da metrópole com outras metrópoles.

O mais escuro, que está em preto, é onde já estão os corredores e que a Secretaria batizou de eixos de transformação. Aí é onde a Cidade vai se transformar de fato. E qual é a

nossa preocupação? O eixo para a zona Norte, esse eixo de desenvolvimento metropolitano, ela quase não aparece e a gente reconhece que tem duas ações que desde a época dos Bandeirantes vêm sendo reconhecidas como de desenvolvimento do País, do Estado e do Município. Uma delas sai da região central de São Paulo, percorre parte da zona Norte inteira e sai por Perus e Anhanguera indo ao interior pelo caminho de Campinas.

Esse eixo reconhecido pela via Anhanguera e a antiga ligação com Campinas, que é a Raimundo Pereira de Magalhães tem de ter algum tratamento, que é o mesmo que está sendo dado àquela região que se conecta com Diadema. Está ficando claro para a gente que não podemos abandonar um eixo de desenvolvimento metropolitano ao norte da cidade e que historicamente vem crescendo. Esse é o momento da sua grande consolidação.

Mas tem outro, ontem, discutíamos a ligação com o Rio de Janeiro, com o Vale do Paraíba e com o Centro Tecnológico de São José dos Campos e com o abastecimento de insumos que a Cidade tem que vem do centro-oeste de Minas. Portanto, tanto para a zona Norte oeste e leste, temos áreas de desenvolvimento metropolitano histórico e que estão na hora da sua real transformação. Esse é o emprego tão esperado de qualidade para a zona Norte, mas no eixo claro de que todos reconheçam a possibilidade de ter qualidade e sustentabilidade. Isso é algo que temos de estudar.

A gente já reconhece a distância com que os eixos de transporte e de transformação têm da ponta da Cidade. Portanto, se não levamos essa pintura vermelha até o eixo metropolitano percorrendo o território norte e se a gente não tem o eixo de transformação, que é o preto, chegando às extremidades, nós não geraremos emprego porque não está anunciada esta área de desenvolvimento para cá, como não levaremos esse transporte a partir de eixos novos e eixos de desenvolvimento que foram apontados como corredores urbanísticos.

Então, essa é uma preocupação que queríamos trazer que se consolida quando observamos a presença das nossas ZEIS. As ZEIS que estão anunciadas para a habitação de

interesse social também estão fora do eixo, portanto, estão fora da capacidade de transporte, das áreas de desenvolvimento. Qual a grande preocupação? Estabelecermos uma distância de onde queremos acomodar a população de baixa renda, do emprego e do sistema de transporte coletivo.

Tudo o que estamos anunciando que vai ser feito, ainda não aparece no mapa. Essa é a maior preocupação que a gente tem de ter. Ou a gente força o emprego para próximo da casa do trabalhador e não é para dar conforto, mas para levar a economia para a periferia e, portanto, dar direito à Cidade à periferia. Então, a gente qualifica a capacidade de transporte e faz com que esses eixos cheguem à zona Norte. Nenhum e nem outro estão anunciados, por isso o esforço que a gente faz, a partir de ontem no debate de Jaçanã e Tremembé e fazendo a regional aqui, é como vamos preservar os nossos recursos naturais, como vamos trazer desenvolvimento e como vamos trazer mobilidade decente para a região. Esses são elementos fundamentais.

Estamos encontrando áreas de ZEIS mais ao isolar áreas de ZEIS na mais longínqua periferia sem levar emprego, não damos sustentabilidade. Se o eixo de transporte público coletivo não chega a essa região, também não estamos dando sustentabilidade. Este pacto com a zona Norte a gente precisa fazer e é por isso que eu quero agradecer ao Nabil, que tem sido incansável nesse debate para a gente reconhecer a macroárea de desenvolvimento metropolitano para a zona Norte utilizando dois eixos históricos, mas trazendo a ZEIS para próximos dos eixos de transformação.

Hoje temos poucos ZEIS 2 e 3 nesses eixos, portanto, não trazendo habitação popular para aquilo que será o desenvolvimento da nossa Cidade.

Agradeço ao Nabil pela oportunidade e convoco cada um de vocês que ainda não participou da reunião do seu bairro, que começa a partir de amanhã, que vá e nos dê a contribuição mostrando cada um dos limites que isso deve acontecer e, de fato, transformar a Cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Police. Vou passar ao Edson, que quer fazer mais uma colocação.

O SR. EDSON – Serei rápido. Aqueles que não conseguiram falar hoje, não se preocupem. Haverá audiências públicas nas Subprefeituras e acho que vocês têm de participar e fomentar que outras pessoas participem.

Vale a pena falar do que ficou como central. Olhando os mapas da proposta, só temos um eixo de alta capacidade na zona Norte, que é a ferrovia que passa por Perus. Só a Subprefeitura de Perus tem um eixo de média capacidade. Temos um corredor que também não chega ao extremo norte, que é o Inajar de Souza. Nós precisamos de sistemas de média e alta capacidade.

Obras como o Rodoanel não vão movimentar ônibus, passageiros, mas só quem tem carros. Nós precisamos fugir da lógica do carro. Precisamos ir à lógica do transporte coletivo de qualidade, confortável, com televisor a bordo, ar-condicionado, música e tudo mais. É isso que o povo precisa.

Com relação à logística, ela é importante porque reduz o custo da cesta básica. O caminhão precisa chegar também. O transporte precisa chegar. Na Vila Maria temos um terminal de cargas que precisa funcionar do ponto de vista logístico. Proibir caminhão no Centro da Cidade só aumenta o custo dos produtos em todos os lugares. Temos de pensar nisso de forma estratégica.

Com relação à mobilidade urbana, falta acesso, falta corredor perimetral norte. A gente não consegue se deslocar com facilidade do Jaçanã a Perus. Então, falta um sistema perimetral.

Se a lógica da Cidade é radioconcêntrica, temos de ter um anel de passageiros, um corredor de circulação que venha concorrer com o Rodoanel.

Muito obrigado e até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Eduardo.

O SR. EDUARDO – Eu quero responder à Dijanira.

Eu faço atendimento às terças e quintas com a agenda folgada todos os dias. Então, é impossível que você não tenha conseguido falar comigo. Estou à disposição. Marque um dia que vamos conversar sobre o seu problema.

Agradeço ao pessoal da Rosas de Ouro por ceder o espaço e à vocês que participaram desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Agora, Jaqueline.

A SRA. JAQUELINE – Para as considerações finais, quero reforçar que temos de nos debruçar sobre a questão da macroárea de desenvolvimento chegando até a área Norte. Falei com entusiasmo de Perus, mas a questão nos tange. Dia 14 teremos a nossa audiência pública no CEU Anhanguera, por favor, compareçam. Quero agradecer a nossa comunidade que está aqui. Muito obrigada. Amanhã, o conselho participativo. Votemos nos seus candidatos porque só com essa união, só a comunidade presente com a gente, como vocês estão aqui, em todos os bairros, em todos os lugares, a gente sabe que pode discutir essas questões que o Neto bem colocou, porque quem está lá é que sabe o que é necessário e o Plano Diretor é uma oportunidade única que o nosso governo está nos dando para que a gente discuta verdadeiramente o que é possível e o que nós queremos.

Muito obrigada e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Eu queria, antes de passar a palavra para a Teresa, fazer algumas considerações aproveitando o mapa que o Vereador Police Neto nos ofereceu aqui. Acho que foi muito falado aqui uma questão que acho muito importante para a zona Norte, que é o Arco Tietê. O Arco Tietê, vocês veem aqui essa zona vermelha que está aqui praticamente envolvendo o Rio Tietê é a macroárea de estruturação metropolitana, onde desde a Anhanguera até a Fernão Dias está proposto um projeto, um

plano de intervenção, que faz parte daquilo que na campanha do Prefeito Fernando Haddad foi chamado de Arco do Futuro. Qual a ideia? A ideia do Arco do Futuro era exatamente criar uma região onde tem terrenos grandes, áreas ociosas, áreas subutilizadas, áreas que podem, portanto, permitir o desenvolvimento da cidade. Então, aqui na zona Norte é toda essa região toda, mas ela tem que ser planejada. Então o Arco do Tietê é um planejamento do futuro dessa região. Não é um planejamento para o curto prazo, é para o longo prazo. Se a gente não tiver um planejamento para o longo prazo nós não vamos conseguir melhorar a cidade. Então é uma região que tem capacidade, em primeiro lugar, de absorver a habitação de interesse social, trazer habitação de interesse social mais próximo de onde está o emprego, criar uma zona de desenvolvimento econômico. Está previsto – não sei se dá para mostrar aqui – praticamente ligando de leste a oeste a zona Norte, o chamado apoio norte, que vai funcionar um pouco, não é exatamente uma alternativa do Rodoanel ao norte da zona Norte, é uma ligação ao sul da zona Norte, mas que ela é muito importante, porque hoje essa ligação se faz fundamentalmente pela marginal, então temos poucas vias que fazem essa ligação leste-oeste na zona Norte, e esse apoio norte, onde está previsto transporte coletivo, muitas pessoas equivocadamente tem dito que o Fernando Haddad abandonou o Arco do Futuro, abandonou as obras viárias da zona Norte. Não é verdade. O que foi estabelecido foi uma prioridade ao transporte coletivo no apoio norte de modo a que faça essa reversão do processo, do processo de uso do automóvel na cidade. E esse apoio norte pode se constituir um grande polo de serviços e de emprego para a região, sem, evidentemente, o que a Sra. Lídia colocou aqui, que é importante a gente ter também atividades industriais. A gente sabe que as indústrias hoje tem um outro porte e uma outra característica em relação às indústrias dos anos 20, 30 e 50. São indústrias menores não poluentes. Mas o grande polo de desenvolvimento econômico na zona Norte é fundamental. Quero dizer para vocês que se a gente fosse dividir a cidade em grandes blocos, a zona Norte seria um deles, ao norte do Rio Tietê, e era fundamental que a gente equilibrasse nessa macrorregião norte o emprego e a moradia. A gente fala muito que a zona

Leste tem pouco emprego, e é verdade, mas a zona Norte também tem pouco emprego relativamente à população,. A zona Norte tem uma porcentagem pequena de emprego perante à população. Está certo que a zona Norte, em tese, está mais próxima do Centro do que a zona Leste, mas a dificuldade de acesso, como muitos falaram, eu diria que o que faltou nesta audiência pública foram três questões, uma delas foi a dificuldade de eixos viários de ligação na região, porque a zona Norte tem vias estreitas e pouco conectadas. Há muitas vias radiais que saem do Norte da zona Norte e vem ao Centro, são estreitas, muitas têm curvas porque pegam topografia acidentada, então, temos ligações perimetrais e mesmo radiais estreitas. É muito importante que se criem polos de desenvolvimento da zona Norte.

Além do Arco Tietê que seria um grande polo não só de emprego, mas também de produção de habitação para evitar a ocupação das áreas de proteção. Outra coisa importante é criar polos importantes do desenvolvimento econômico. No eixo da Anhanguera, no eixo da ferrovia, inclusive a região de Perus e a região onde seria realizada a ECO 2020, são duas regiões que podem comportar polos importantes de desenvolvimento econômico. Assim como ao longo da Fernão Dias, como discutimos no Jaçanã. Então são polos do desenvolvimento econômico importantes para poder reequilibrar a condição da região.

Falaram muito de habitação e não vou repetir. Quero destacar a importância da proteção não só da Cantareira, como também do Parque da Brasilândia, que me parece uma reivindicação muito importante, evidentemente, sem gerar o conflito com o pessoal que precisa de habitação. A gente sabe que a Cidade precisa ser equilibrada entre áreas construídas e áreas de preservação. Então, temos de destinar as áreas ociosas, subutilizadas, que não tem interesse ambiental para moradia. Fazer valer a função social da propriedade, um plano de ocupação que ainda tem ociosidade e preservar áreas com interesse ambiental mais importante.

Tudo o que foi falado foi gravado, está sendo registrado e será levado em conta no substitutivo que iremos elaborar na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio

Ambiente. Eu, como relator, estou assumindo o compromisso de dar o retorno àquilo que foi falado.

Evidentemente, houve coisas aqui que não dizem respeito ao Plano Diretor e são questões de gestão da Cidade, como questão de camelô, de uso e ocupação do espaço público, mas questões de Plano Diretor serão consideradas. Não quer dizer que serão acolhidas, mas serão consideradas e estudadas e daremos retorno.

Passo, para concluir as falas, à Teresa para que ela possa responder as questões.

Muito obrigado.

A SRA. TERESA – A pergunta da Rosimeire em relação ao direito de protocolo, ela está exposta no artigo 256 e posso te explicar melhor pessoalmente, mas até 31 de julho estão valendo os protocolos feitos. Após a aprovação da lei, quem fez o protocolo tem 90 dias para decidir que se quer aprovar o seu projeto dentro da lei anterior ou da lei vigente. Então, haverá um momento de escolha em que você vai poder decidir o que é mais favorável ao projeto que você teve protocolado até o dia 31 de julho. Isso é o que está no Projeto de Lei.

De resto, dizer que a gente, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, continua o processo de revisão do marco regulatório. Agora, com a revisão da Lei de Uso e Ocupação, o Zoneamento, aqui no Plano Diretor a gente tem diretrizes para essa revisão, mas ela já está na rua.

Lançamos recentemente um concurso de ideias para que essas regras tenham um reflexo, de fato, na qualidade do espaço produzido, com fachadas ativas, com preservação ambiental, também condizente com as moradias. Como que a gente pode ocupar áreas de encosta, como harmonizar a vida da Cidade numa série de questões.

No nosso site: gestaourbana.sp.gov.br, tem todas as diretrizes e os trabalhos que nós estamos fazendo para revisão para a Lei de Zoneamento. Dentro dessas diretrizes estão contempladas as questões colocadas pela sempre Vereadora Lídia Correa, que é a questão do desenvolvimento econômico.

Estamos sugerindo que nas zonas gravadas, até hoje, como zonas de proteção industrial, que sejam zonas de desenvolvimento econômico. Logicamente considerando a nova cara do desenvolvimento industrial e das atividades econômicas de geração de emprego e renda, prioritariamente na área de estruturação metropolitana, onde ela já havia se instalado no início do Século XX.

Nós, do Desenvolvimento Urbano, estamos sensíveis à questão dos parques no entorno da Cantareira, como colocou o Brito e o pessoal do Parque da Brasilândia também, mais especificamente.

Estamos abertos a qualquer outra contribuição ou demanda que vocês tenham do Executivo, tanto da revisão do Plano Diretor, quanto da Lei de Zoneamento.

Agradeço imensamente a presença de quem se dispôs a vir nesta manhã de sábado e ao pessoal das Rosas de Ouro, por ceder este espaço, sempre muito querida para a Cidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Quero novamente agradecer à Rosas de Ouro, às Subprefeituras da zona Norte, à secretaria da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, ao Vereador Police Neto.

Como presidente desta audiência pública, não havendo nada a ser tratado, dou por encerrada a 34ª audiência pública do Plano Diretor, convidando a todos para acompanharem as audiências: segunda-feira, na Vila Maria; quinta-feira, na Casa Verde; sexta-feira, em Pirituba; sábado, em Perus e Santana, após o que encerramos a rodada da zona Norte.

Domingo não haverá audiência pública porque teremos eleição na Câmara. Quem quiser enviar suas contribuições, por favor, enviem pelos canais que já foram divulgados.

Muito obrigado a todos.